

A Educação de Jovens e Adultos – EJA como possibilidade de inclusão perante os desafios contemporâneos

Francine Freitas Avila; Marcel Jardim Amaral; Eduardo Garralaga Melgar Junior;
Vilmar Alves Pereira (orientador)

Universidade Federal do Rio Grande – FURG avilafrancine.f@gmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é mostrar que o currículo escolar para a Educação de Jovens e Adultos é um documento, que assim como os documentos dos outros níveis, precisa ter uma especificidade para atingir o público a que se destina. Entender como o currículo escolar é trabalhado na EJA, levando em consideração as especificidades dos sujeitos que a compõem, delimitou o agente norteador durante a pesquisa. Conhecer profundamente o currículo para a EJA proporciona compreender como se configura essa modalidade de ensino, suas dificuldades e possibilidades no contexto atual da escola, visamos compreender que a EJA é uma modalidade de educação que se destina à inclusão escolar e ao acolhimento de sujeitos que, por diferentes motivos, foram excluídos da educação durante sua infância ou adolescência. Trabalhar com Jovens e Adultos é um grande desafio para os educadores da EJA, visto que a academia nos prepara, principalmente, para trabalhar com crianças, nesse sentido a EJA se torna um desafio ainda maior, pois esses sujeitos estão voltando para a escola, muitas vezes, após vários anos afastados dela. Então como deve ser feita a organização curricular para esses sujeitos? A partir dessa pergunta intencionamos, ao longo desse texto, discutir a importância desse currículo e mostrar que é neste documento que se sistematizam os esforços pedagógicos da escola, nele estão contidos os conteúdos que deverão ser abordados no processo de ensino-aprendizagem e a metodologia utilizada para os diferentes níveis de ensino e que sempre devem ser levados em conta diversos fatores, tais como os bairros que estão ao entorno da escola, os tipos de sujeitos que compõem a turma, seu contexto social, cultural, econômico e político.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, sujeitos, currículo, educandos, sociedade.

Introdução

A Educação de Jovens e Adultos - EJA é uma modalidade de ensino destinada a brasileiros a partir dos quinze anos de idade que não possuíam acesso ou que pelo contexto de vida em que estavam inseridos não optaram e/ou puderam vir a concluir o ensino na idade determinada pelo currículo normal de acordo com cada faixa etária.

Por ser um instrumento de amenizar a exclusão e desigualdade social, esta modalidade é repleta de desafios contemporâneos, haja visto que a própria CEB nº 11/200 que foi aprovada em 10 de maio do ano de 2000 destaca que esta modalidade não é mais aquela que era analisada como uma forma de educação para simplesmente suprir a escolaridade dos cidadãos; mas sim, reparadora dos danos e direito de quem dela necessitar.

Nesta perspectiva a resolução nº 1, de 5 de julho de 2000, do Conselho Nacional de educação (CNE) que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos - EJA, afirma que a oferta dessa modalidade de ensino deve atentar-se para:

...as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar:

I. quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação; II. quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores; III. quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica. (art. 5º)

Relatada a conjuntura, este artigo se justifica pelo fato do currículo escolar para a EJA ser visualizada como um documento, e assim como os demais documentos de outros níveis, precisa ter uma especificidade para atingir o público a que se destina ser sensível e adequado ao contexto em que estes alunos matriculados possuem. Entender como o currículo escolar é trabalhado na EJA, levando em consideração as especificidades dos sujeitos que a compõem, delimitou os agentes norteadores durante a pesquisa, bem como é que se configura essa modalidade de ensino, suas dificuldades e possibilidades no contexto atual da escola.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA e a visão freireana de ensino

A partir da busca para o embasamento desta escrita foi possível perceber que a pedagogia, segundo Freire (1987), é referência significativa para uma boa parcela de estudiosos da educação e de escolas que buscam trabalhar metodologias voltadas para uma educação popular, democrática e social. Sua crítica ao currículo escolar está diretamente ligada ao conceito de educação bancária e concebe o ato pedagógico como um ato dialógico em que educadores e educandos participam da escolha dos conteúdos e da construção do currículo.

Se antes a alfabetização de adultos era tratada e realizada de forma autoritária, centrada na compreensão mágica da palavra, palavra doada pelo educador aos analfabetos; se antes dos textos geralmente oferecidos como leitura aos alunos escondiam muito mais do que desvelavam a realidade, agora, pelo contrário, a alfabetização com ato de conhecimento, como ato criador e como ato político (FREIRE, 1989a, p. 30)

A educação, segundo Freire (1987), concebe-se nesta perspectiva dialógica em que há produção de conhecimento e não mera reprodução de palavras vazias, haja visto que a execução das atividades curriculares pautadas na mera transmissão de saberes e na memorização mecânica torna-se prática de uma visão bancária de educação. Nesse sentido Freire destaca que:

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir um novo pronunciar (FREIRE, p.44, 1987).

Fica evidente a abrangência da pedagogia freireana a partir de leituras feitas de estudos desenvolvidos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), na cidade de Diadema/SP¹, sobre várias cidades que se embasam no trabalho de construção de políticas curriculares, desenvolvido na gestão de Freire, na Secretaria de Educação de São Paulo (1989 – 1992), (SAUL e SILVA, 2011).

É evidente que a EJA é uma modalidade de educação que se destina à inclusão escolar e ao acolhimento de sujeitos que, por diferentes motivos, foram excluídos da educação durante sua infância ou adolescência. Essa modalidade de ensino não se define pelo turno que é ofertada, mas pela sua configuração com vistas a atender as especificidades desses sujeitos a que almejam abranger.

Segundo Leal, Albuquerque e Moraes (2010), os principais motivos que fazem com que os educandos Jovens e Adultos procurem a EJA é o desejo de conhecer as letras, de se inserir de maneira plena, no mundo letrado. A alfabetização, segundo os autores, ainda é o anseio de grande parte desses educandos. Como se pode perceber, suas motivações nem sempre são relativas às dificuldades para lidar com os problemas concretos da vida cotidiana:

¹ A Cátedra Paulo Freire, criada em 1998, tem seu foco no Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo da PUC/SP, onde Paulo Freire trabalhou por 17 anos, desde sua volta do exílio até poucos dias antes de seu falecimento. A Cátedra é um espaço de docência e pesquisa no qual se trabalha com o legado freireano, com a intenção de estudá-lo criticamente, para melhor compreendê-lo e reinventá-lo.

[...] muitas vezes são desejos relativos: ao direito de agir com autonomia em situações em que a escrita está presente, sem precisar da mediação de outras pessoas; ao direito de ter privacidade, ou seja, de ter acesso a textos sem que outras pessoas também conheçam seus conteúdos; à inserção social sem serem discriminados; a inclusão e valorização social, já que os que não sabem ler e escrever são tidos como pessoas menos capazes na nossa sociedade [...]. (LEAL, ALBUQUERQUE E MORAES, p.72, 2010)

No capítulo II, seção V e artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 está exposto que: “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. Essa lei veio para reforçar a educação ofertada aos jovens e adultos e atenuar a exclusão e marginalização social enfrentada por esses sujeitos.

Ainda nesse contexto “(...) uma das tarefas do educador progressista está em, através da análise política séria e correta, desvelar as possibilidades para a esperança... Sem esperança, nossa luta é suicida” (FREIRE, 1992, p. 11). Pois se torna desafiador para a escola e o educador da EJA a organização do trabalho pedagógico, visto que os sujeitos que estudam nesta modalidade participam ativamente da sociedade e possuem uma bagagem cultural considerável, devido as suas relações de trabalho, com a comunidade em que está inserido, com a família, etc; porém esses sujeitos não se formam somente na escola, existem outras vivências que produzem aprendizados tão significativos quanto a educação formal.

Então como deve ser feita a organização curricular para esses educandos? Ela deve ser diferenciada, pois devem ser levados em conta diversos fatores, tais como os bairros que estão ao entorno da escola, os tipos de sujeitos que compõem a turma, seu contexto social, cultural, econômico e político.

A construção de um currículo adequado às necessidades dos educandos da EJA vai além da dos outros níveis de ensino. O educador da EJA deve manter uma formação continuada, sempre se atualizando e sensibilizando com o cotidiano do educando além da sala de aula. Ele deve se colocar como observador do “contexto” e através dessas observações buscar subsídios para suas práticas nos saberes e relatos de experiência de seus alunos. Não é tarefa fácil elaborar o currículo de uma escola dessa modalidade de ensino, haja visto ter de ser levado em conta a comunidade em que está inserida, buscando superar o currículo já imposto. Nesse sentido o parecer do MEC diz que:

A flexibilidade curricular deve significar um momento de aproveitamento das experiências diversas que estes alunos trazem consigo como, por exemplo, os modos pelos quais eles trabalham seus tempos e seu cotidiano. A flexibilidade poderá atender a esta tipificação do tempo mediante módulos, combinações entre ensino presencial e não-presencial e uma sintonia com temas da vida cotidiana dos alunos, a fim de que possam se tornar elementos geradores de um currículo pertinente. (PARECER CNE/CEB 11/2000, p.61)

Nesse contexto (FREIRE, 2013) afirma que a escola democrática somente se faz em um espaço/tempo no qual são elaboradas e postas em prática as políticas curriculares. Ele faz críticas severas aos “pacotes” curriculares que impossibilitam e silenciam os docentes, privando-os de liberdade e autoridade no fazer docente em sala de aula. Freire também ressalta que a liberdade e as autoridades docentes, democráticas, precisam estar apoiadas na competência profissional dos professores. É importante ressaltar que em qualquer conceituação de currículo, este sempre está comprometido com algum tipo de poder, pois para o patrono da educação no Brasil, não existe neutralidade no currículo, ele é o veículo de ideologia, da filosofia e da intencionalidade educacional.

É na elaboração das propostas curriculares, que se define o tipo de sociedade e de cidadão que se pensa educar, para tanto é preciso se questionar: “O que a escola faz e para quem faz?”. São também na construção ou definição das propostas curriculares, que são selecionados conteúdos, que vão ajudar os sujeitos a terem uma maior compreensão da sua história e de mundo, ao qual eles estão inseridos.

O currículo é fundamental para a escolha de qual sujeito se deseja formar. Sendo assim, ele se torna um regulador das práticas pedagógicas, instruindo quais atitudes devem ser tomadas pelos professores. (Sacristán, 2013). Isto é, de acordo com essas práticas, no caso da Educação de Jovens e Adultos, os conceitos e os valores que a instituição estipula e defende para serem ensinados junto ao trabalho dos professores, se darão influenciados por esse currículo, que orienta, modela e limita a autonomia dos mesmos, fazendo com que estes “se comportem como um instrumento que tem a capacidade de estruturar a escolarização, a vida nos centros educacionais e as práticas pedagógicas”. (SACRISTÁN, 2013, p.20).

A emergente necessidade de um currículo adequado

Ao construir um currículo para a educação de jovens e adultos, além de se abordar a garantia de seus direitos, deve-se tomar como base a visão do tipo de cidadão e de sociedade que se quer construir. A constituição do indivíduo se dá nas relações sociais das quais participa, reflete e aprende e por isso é tão importante considerarmos os conhecimentos já adquiridos pelos educandos e seus saberes, sendo assim possível problematizar e contribuir com seu processo educativo.

Nesse sentido, segundo Barcelos (2010) a construção do currículo pode aproximar os conhecimentos construídos socialmente pelos alunos da EJA através dos conteúdos escolares. O que ainda pode-se perceber são conhecimentos desse tipo deixados de lado pela escola e pelos professores durante as práticas de ensino- aprendizagem, como se os conhecimentos científicos dos quais trata a escola, fossem superiores a aqueles já internalizados socialmente pelos educandos individualmente e coletivamente.

Sendo assim, é emergente a elaboração de um currículo que não distancie conhecimentos científicos dos conhecimentos populares que são trazidos pelos educandos ao espaço escolar, demonstrando a necessidade de aproximação dos saberes escolares daqueles oriundos da vida, o que passa a ser desafio para os educadores desta modalidade de ensino.

Segundo estudos de Lopes e Macedo (2011) o currículo é a organização do conhecimento escolar e quando a escolarização passou a ser um direito de todos; essa organização curricular se tornou necessária, ou seja; foi preciso haver padronização do conteúdo a ser ensinado, como por exemplo, nas escolas de modelo tradicional em que o currículo era organizado de modo que cada disciplina fosse ensinada separadamente e as que eram consideradas de “maior relevância” tinham carga horária superior para serem ministradas.

O currículo de uma escola deve estar sempre em processo de construção, analisado o Plano Político Pedagógico – PPP e a realidade da comunidade local. Na perspectiva de Barcelos, (2010) o currículo é uma prática, bem como uma expressão da função socializadora e cultural que determinada qual instituição se tem, que reagrupa em torno dele uma série de subsistemas ou práticas diversas, entre as quais se encontra a prática pedagógica desenvolvida em instituições escolares que, com frequência, chamamos de ensino. Segundo o autor, currículo deve ser uma prática na qual se estabeleça o diálogo entre os agentes sociais, elementos técnicos, educandos e educadores.

Através do currículo que se sistematizam os esforços pedagógicos da escola, o currículo é o coração da escola, o espaço central da atuação pedagógica (Barcelos, 2010) e nele estão contidos os conteúdos que deverão ser abordados no processo de ensino-aprendizagem e a metodologia utilizada para os diferentes níveis de ensino. É fundamental o papel do educador no processo curricular, o que implica a necessidade de discussões e reflexões sobre o currículo, seja aquele formalmente planejado ou não.

O educador deve contribuir para construção da identidade dos alunos na medida em que ressalta a individualidade e o contexto social que estão inseridos. Além de ensinar um determinado assunto, deve aguçar as potencialidades e a criticidade dos alunos em contrapartida ao currículo tecnicista que tem como objetivo principal a certificação para atender a uma demanda do mercado de trabalho (Soares, 2008).

Muitas vezes ainda nos deparamos com métodos tradicionais de ensino pautados na repetição e memorização. Nesse sentido Freire (2013) aponta que a leitura e a escrita não devem ser apenas um código decodificado. A proposta de alfabetização de jovens e adultos de Paulo Freire se baseia em uma alfabetização crítica, que é estruturada na mediação, interação e no diálogo, criticidade esta que fortalece a interlocução e a construção de significados, rompendo com uma alfabetização mecânica baseada em métodos repetitivos e tradicionais. Nesse contexto Freire (1987) nos diz que a concepção crítica da alfabetização não será feita a partir da mera repetição mecânica, mas através de um processo de busca, de criação em que os alfabetizandos são desafiados a perceber o significado profundo da linguagem e da palavra.

Trabalhar com Jovens e Adultos é um grande desafio para os educadores da EJA, visto que a academia prepara principalmente os educadores para trabalhar com crianças e adultos em desenvolvimento formal na educação. Nesse sentido a EJA se torna um desafio maior, pois esses sujeitos estão voltando para a escola muitas vezes após vários anos afastados dela. Os motivos desse afastamento são diversos, como por exemplo: um trauma escolar que fez a criança se afastar, repetir o ano diversas vezes, ter que abandonar os estudos para trabalhar ou para cuidar da família, ou por direitos essenciais que lhes foram negados ao longo da infância e adolescência.

Considerações finais

Freire contribuiu para a construção da identidade dessa modalidade – EJA onde o respeito e a importância dada a história de vida e as vivências dos educandos, deveriam ser consideradas pelo professor, além de serem trabalhadas em sala de aula, tendo o diálogo como método. Sendo assim, a partir dessa característica dada à educação de jovens e adultos, como oriunda das classes populares, Freire com sua teoria das relações de poder, pode contribuir para a construção da identidade dessa modalidade que ainda é tão forte e importante dentro do campo educacional brasileiro.

Foi possível perceber a partir dos estudos realizados ao longo dessa pesquisa, em relação ao campo teórico escolhido, que a EJA nas políticas públicas já se encontra explicitada como necessária na formação dos professores de um modo geral, pois ela demanda uma especificidade de ensino.

Para se efetivar um real processo de ensino-aprendizagem a academia precisa conhecer a realidade dos educandos, desta forma estes sujeitos não se tornam vasilhas que precisam apenas ser abastecidas (FREIRE, 1987), mas sim sujeitos que dotados de possibilidades se posicionam em um processo de construção efetiva de um saber que não é doado, nem tão pouco depositado, ele é produzido, criativo e por isso permite a transformação tanto nos professores quanto nos jovens e adultos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão**. In: Construção Coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos. Brasília, DF: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005a. Disponível em: www.mec.gov.br; www.forumeja.org.br/colecaoparatodos . Acesso em: 10.08.2009

BARCELOS, Valdo. **Educação de Jovens e Adultos: currículo e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Parecer CNE/CEB nº 11/2000. **Diretrizes Curriculares Nacionais para educação de jovens e adultos**. Brasília: maio de 2000.

BRASIL, [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394**, de 20 dezembro de 1996, 5. ed. Brasília.

BORGES, Liana. **Duas experiências em duas redes de formação: aprendizados e desafios. In.: Formação de educadores de jovens e adultos.** Organizado por Leôncio Soares. Belo Horizonte: Autêntica/SECAD-MEC/UNESCO, 2006. 296p.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil.** São Paulo: Cortez, 1989a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 46ª ed – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

_____, _____. **A importância do ato de ler: em três artigos que completam.** São Paulo: Autores Associados, Cortez, 2001.

_____, _____. **A Pedagogia do Oprimido** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____, _____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** *RAE - Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

HADDAD, Sérgio. **Educação continuada e as políticas públicas no Brasil.** In RIBEIRO, Vera (org) **Educação de Jovens e Adultos – novos leitores, novas leituras.** Mercado das Letras, ABL; Ação Educativa. Campinas. SP, 2001.

LEAL, Telma Ferraz, ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correa de e MORAIS, Arthur Gomes. (Org.). **Alfabetizar letrando na EJA: fundamentos teóricos e propostas didáticas.** Belo Horizonte: Autentica Editora, 2010.

LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.
Apoio: Faperj.

SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. B. **O ensino jesuítico no período colonial**. Curitiba: Educar n. 31, p. 169-189, 2008. Editora UFPR

SOARES, Leôncio. **Avanços e desafios na formação do educador de jovens e adultos**. In.: **Formação de educadores de jovens e adultos**. Organizado por Maria Margarida Machado. Brasília: Secad/MEC, UNESCO, 2008. 184p.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e Incertezas do Currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SAUL, Ana Maria, e SILVA, Antônio Fernando Gouvêa da. **O pensamento de Paulo Freire na construção de políticas curriculares: Dando voz as escolas**. ALB, 27 de agosto, 2011.

STRELHOW, T. B. **Breve Historia Sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun. 2010.